

O Novo Modelo das Agências

Governo cede às pressões do mercado e preserva independência dos reguladores

O governo do presidente Lula passou 13 meses prometendo um projeto de lei sobre as agências reguladoras que fosse um marco de estabilidade para os investimentos no Brasil. Ao todo foram seis versões, uma a cada dois meses - e todas criticadas pelo mercado. O último esboço, redigido dias atrás no gabinete do ministro José Dirceu, derreteria todo o poder das autarquias e, por isso, chegou a provocar pânico entre os investidores. Na segunda-feira 12, Lula veio finalmente a público para apresentar a sétima proposta do governo, esta sim enviada ao Congresso. Para surpresa geral, o documento não acaba com as agências, mas altera pontos importantes e consolida a posição da facção liberal do governo, liderada pelo ministro Antônio Palocci, da Fazenda. A reação ao último projeto de Dirceu foi tão forte que Palocci simplesmente empurrou todos os pontos que eram defendidos por seus assessores. "Destá vez não houve sequer briga", relata um dirigente do governo que participou da confecção do projeto de lei. "Dirceu simplesmente viu que não tinha como escapar. Ou era do jeito do Palocci ou o mercado não iria investir." Pela proposta do ministro da Fazenda - e agora a do governo - os diretores das agências terão quatro anos de estabilidade do cargo e seus mandatos não coincidirão com o do presidente da República. Era algo crucial para evitar uma gestão política das agências. "O desafio fundamental para o Brasil neste momento é fazer com que a estabilidade gere investimentos na infraestrutura", disse Palocci. E o modelo acabou sendo elogiado pelos empresários. "É um projeto bom, que irá trazer mais investimentos e mais concorrência", disse Roger Agnelli, presidente da Vale do Rio Doce.



Anúncio do projeto: Ziller, da Anatel, entre o senador Aloizio Mercadante e os ministros Eunício Guimarães e Márcio Thomaz Bastos.



Jóias da Coroa: A Anatel e a Aneel, da telefonia e da energia, são as principais agências.

Durante os próximos três meses, período de tramitação do projeto no Congresso, as discussões sobre o novo modelo ocorrerão em uma comissão especial cujo relator é o deputado petista Luciano Zica, ligado à área de petróleo. A única certeza é que irá ao plenário da Câmara a oitava versão. Com a prorrogação do prazo para emendas até o dia 28, deputados e empresários pretendem mudar vários pontos do projeto. O aspecto mais controverso diz respeito aos contratos de gestão, que condicionariam o repasse de verbas às agências ao cumprimento de metas de desempenho. "A razão de ser das agências é que elas sejam um organismo neutro e independente do governo", explica Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica. "Do jeito que está, o contrato de gestão subordina as agências aos ministérios". O Congresso também não está satisfeito. A figura do ouvidor não agradou aos parlamentares. Pelo projeto, ele seria indicado pelo presidente da República sem necessidade de sabatina. "É uma imposição quase partidária", afirmou o deputado Ricardo Barros (PP-PR). Há ainda outras divergências - a começar pela delegação de competências. Pelo projeto de lei, existe a dúvida sobre quem é o poder concedente. O texto afirma que é o Poder Executivo, sem discriminar se os ministérios ou as agências serão responsáveis pelas concessões.

Quando foram criadas, as agências reguladoras tinham o objetivo de dar estabilidade ao mercado para atrair investimentos. Existem, hoje, nove agências. Uma décima está no forno - a da aviação civil - e estuda-se a criação de outra, desta vez para fiscalizar os processos de mineração. As jóias da coroa são a de energia elétrica, a Aneel, a de petróleo, a ANP e, principalmente, a de telecomunicações, a Anatel. São três setores que movimentam mais de 30% do PIB brasileiro. No primeiro ano de mandato do presidente Lula, José

Dirceu tentou impor um tratamento hostil às agências. Entre declarações de que o Brasil estava sendo "terceirizado" e de que o governo havia perdido seu poder de formular políticas de investimento, o chefe da Casa Civil acabou provocando a renúncia do ex-presidente da agência, Luiz Guilherme Schymura, e nomeou no seu lugar Pedro Ziller, um sindicalista do PT. Agora, ao menos na aparência, o governo parece ter-se rendido às evidências de que só haverá investimentos com regras claras e agências estáveis. "O Brasil precisa criar uma blindagem política para as agências", afirma João Geraldo Piquet Carneiro, presidente da Comissão de Ética Pública do Governo Federal.



Transmissão de Energia:
Volume de investimentos em 2003 foi o menor dos últimos seis anos.